

Ulysses já admite propor acordo a conservadores

Fiúza agride Haroldo Lima com um tapa

Acabou em briga a atitude do "Centrão" em recolher assinaturas para mudar o regimento interno da Constituinte. No plenário da Assembleia, ontem, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) deu um tapa no rosto do deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, ao ser acusado de "direitista e corrupto".

Os ânimos começaram a se exaltar quando o próprio Haroldo Lima subiu à tribuna para condenar a atitude do "Centrão" e dizer que o grupo era obra da direita, citando nominalmente Fiúza e o líder do PFL, José Lourenço (BA), que neste momento estavam no plenário. Pouco depois a vez de Lourenço, que com muita ironia, começou a dizer que Lima era o representante de "um País imenso, chamado Albânia", cujo líder, Hênver Hoxa, que morreu no ano passado, "deve ter pedido perdão a Deus pelo que fez".

Neste momento Haroldo Lima, pegou o microfone de apertar e bradou: "Corrupto, facista, vendido às multinacionais". Irado, o deputado Ricardo Fiúza levantou do seu lugar e deu um tapa no rosto do líder do PC do B. Os dois foram contidos por outros parlamentares, enquanto José Lourenço continuava com o seu discurso.

Rato invade plenário e gera tumulto

Nem forças da direita nem da esquerda, apesar da crescente radicalização. Quem invadiu o plenário da Constituinte, ontem, foi um rato, provocando alvoroço entre parlamentares, fotógrafos e cinegrafistas — uns fugindo, outros procurando o melhor ângulo para captar o insólito acontecimento. O rato surgiu não se sabe de onde, por volta das 17 horas, e antes de correr pelo tapete do plenário subiu na perna do deputado Fernando Santana (PCB-BA), que só deu um grito: «Sai, diabo!». Depois o rato procurou pernas mais importantes em termos políticos, a do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que se levantou sobressaltado.

A deputada Irma Passoni (PT-SP) feminismo à parte, encolheu as pernas na poltrona, gritou «ai» e o tumulto se estabeleceu: os seguradores queriam segurar os fotógrafos e ao mesmo tempo matar o rato, que corria entre as cadeiras. E nem era uma espécie de rato, mas um rato de verdade. Um rato, diria o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), encostando-se na cadeira. Mas o tumulto foi tanto que o presidente da sessão, senador Mário Maia (PDT-AC), pediu silêncio: «Senhores, há um orador na tribuna». Finalmente surgiu um herói para enfrentar o intruso. O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que invadiu o corredor central e o liquidou com uma tremenda pisada. «Morreu na hora», exclamou o constituinte. Depois ironizou: «Esse rato deve ter vindo do Palácio do Planalto. Com outros que vierem, farei a mesma coisa». Conjurado o perigo, a sessão foi reiniciada. Todavia, quem poderia imaginar que seria o dia dos ratos na Constituinte: meia hora depois, outro pequeno roedor apareceu no gabinete do presidente Ulysses Guimarães, onde não houve tumulto: o deputado manteve a fleuma e a deputada Raquel Cândido (PFL-RO) apenas apontou para o rato, que acabou desaparecendo entre os móveis. Antes que Arnaldo Faria de Sá chegasse.

Bom-senso

O movimento promovido pelo bloco centro-liberal produziu um fato político novo e de grande importância para a Constituinte, na opinião de um dos idealizadores do "Centrão", o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP). Ulysses vem comprovando, mais uma vez, que os homens inteligentes tornam-se dóceis diante das evidências.

Richa critica

O senador José Richa (PMDB-PR), que liderou o grupo dos 32, disse ontem que a tentativa do Centro-Liberal, no sentido de alterar o regimento interno para viabilizar a apresentação de emendas substitutivas, e a soma de equívocos que o grupo vem cometendo começaram a desagradar aos constituintes que agora integram o Centrão.

Fazer emendas

A Comissão do "Centrão", encarregada de elaborar as emendas substitutivas ao anteprojeto de Constituição, começa a trabalhar hoje, nas propostas relativas aos dois primeiros títulos — dos princípios fundamentais e dos direitos e liberdades fundamentais. Em reunião promovida na noite de terça-feira no Hotel Nacional. Foram criadas três comissões.



Josemar Gonçalves



Ulysses (C) tenta evitar a apresentação de novo substitutivo

Decisão fortalece os moderados, diz o líder do Governo

A decisão do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de suspender as sessões simultâneas do plenário com as da Comissão de Sistematização, fortalece o movimento dos "moderados" que tentam mudar as regras do jogo na Constituinte. A avaliação é do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, ao revelar que o grupo agora vai tentar conseguir 290 assinaturas para as emendas com o propósito de garantir a maioria no caso de alguma resistência.

Para Sant'Anna, ao se conseguir 290 assinaturas — dez a mais do que a maioria exigida para o plenário — o grupo, vai poder ditar as regras e as emendas se tornarão preferenciais ao substitutivo de Cabral, quando este chegar ao plenário da Assembleia. A decisão de Ulysses foi considerada por Sant'Anna como golpe de mestre. No dia anterior, Sant'Anna o havia advertido que durante a sessão da Constituinte, realizada ontem à tarde, seriam apresentadas inúmeras questões

de ordem, de vários partidos, contra o funcionamento paralelo do plenário e a Sistematização. "Para não se curvar às questões de ordem, Ulysses preferiu se antecipar e tomar a decisão".

Sant'Anna não quis adiantar sobre quais títulos ou capítulos deverão ser apresentadas as emendas, mas assegurou não se tratar de nada e sim de temas já apresentados e discutidos. Por excederem a maioria, as emendas, segundo Sant'Anna, poderão ser apresentadas à Mesa da Constituinte, tão logo atinjam o número pretendido pelo líder.

Sant'Anna explicou que a coleta de assinaturas entre os constituintes "moderados" obedecerá às duas etapas distintas: primeiro, deverão ser conseguidas 290 assinaturas para o documento que será apresentado em plenário, pedindo a mudança do regimento interno da Constituinte. E, depois, com o mesmo número de assinaturas serão apresentadas as emendas.

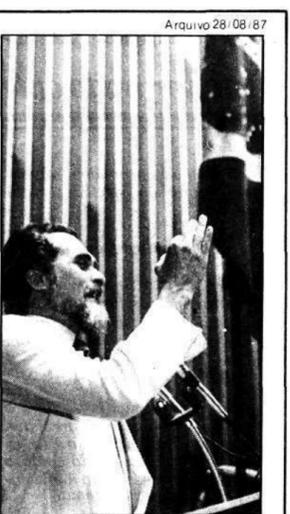
O assunto do dia

O "Centrão", grupo de parlamentares que quer mudar o regimento interno da Constituinte para alterar o substitutivo que está sendo aprovado pela Comissão de Sistematização, foi o assunto principal da sessão de ontem da Constituinte. Parlamentares e lideranças ocuparam sucessivamente a tribuna para atacarem ou defenderem a intenção do grupo, que chegou a provocar até briga no plenário.

Os pronunciamentos sobre o assunto tomaram conta de toda a sessão. No início do pequeno expediente, o deputado Olívio Dutra (PT-RS) começou com uma bateria de críticas contra o "Centrão". O deputado petista classificou de "atitude golpista" a intenção do grupo de alterar o regimento interno da Constituinte e lembrou que o seu partido foi contra a formação de 24 subcomissões e oito comissões que fizeram o trabalho da Constituinte. No entanto, foi minoria e nem por isso deixou de aceitar as regras do jogo.

O deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), que faz parte do "Centrão", ocupou a tribuna para fazer duras críticas ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), a quem acusou de "imperador" e defender a atitude do seu grupo como legítima. Disse que assinou o pedido de resolução pedindo a mudança do regimento interno da Constituinte e vai assinar quantas vezes for necessário para evitar que Ulysses e "alguns líderes que são subimperadores, de transformarem isto numa Constituinte de meia dúzia".

Discussão menor
Para o deputado José Genoíno (PT-SP) a discussão



Genoíno: "É questão menor"

sobre a alteração do regimento é uma "questão menor". Segundo ele, o que está por trás dessa atitude é a insatisfação de grupos econômicos com alguns temas aprovados na sistematização que colocam em risco privilégios. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, classificou a atitude do "Centrão" como "inspiração do Palácio do Planalto. Querem criar um impasse", afirmou.

Os deputados Adylson Motta (PDS-RS) e Amaral Netto, líder do partido, subiram a tribuna para defenderem o projeto de resolução para mudar o regimento e que faziam isso não por inspiração do Planalto, mas por acreditarem que o plenário da Constituinte não pode receber um projeto acabado da Comissão de Sistematização.

A nova crise na Constituinte provocada pelo movimento dos conservadores contra as regras do regimento interno pode ser solucionada por um acordo entre os seus coordenadores e o deputado Ulysses Guimarães, com o atendimento parcial de suas reivindicações. Ulysses está examinando a possibilidade de reabrir por 48 horas, após o final dos trabalhos da Comissão de Sistematização, um prazo para a apresentação de emendas no plenário. Em princípio, apenas para artigos. Em hipótese alguma, admite sua extensão a proposta substitutiva dos títulos do projeto constitucional. E ainda resiste a mudanças de capítulos.

A articulação conservadora está otimista quanto a um acordo. O deputado Gastone Righi, líder do PTB, diz que a reabertura de prazo

Sarney elabora tática centrista

O grupo do "Centrão" já conta com 281 votos de parlamentares favoráveis à alteração do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Esta foi a informação levada ontem ao presidente Sarney, que está articulando pessoalmente a mudança do regimento, permitindo apresentação de emendas no plenário. Hoje, o Presidente da República recebe parlamentares em audiência e deverá fazer observações sobre a necessidade de se alterar o regimento.

Embora as articulações estejam sendo feitas no Palácio do Planalto, o ministro Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República nega qualquer envolvimento pessoal de Sarney junto ao movimento dos parlamentares do "Centrão".

Em entrevista concedida ontem, Couto afirmou que este movimento "germinou espontaneamente na Constituinte, e não houve qualquer incentivo por parte do Governo". Apesar disso, o ministro admite que, para o Governo, nesse momento, "a idéia essencial é mudar o regimento para que seja possível a apresentação de um substitutivo".

Disse ainda o ministro que o Governo "se interessa, dá sugestões mas entende que este é um assunto para a Constituinte e o Governo não interfere na economia interna da Constituinte". Costa Couto negou também a existência de um substitutivo elaborado na Presidência da República.

"Não existe este substitutivo", disse o chefe do Gabinete Civil, "isto é pura ficção", completou, informando ainda que as notícias veiculadas pela imprensa sobre o substitutivo que estaria sendo escrito pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, "são infundadas". A razão é simples, explicou o ministro, Saulo Ramos "está de viagem para o exterior e deverá ficar três semanas afastado". O consultor-geral da República encontra-se em Portugal para tratamento de saúde.

Alem desta razão citada por Costa Couto, há ainda uma outra que, segundo o ministro, mostra a inexistência de um substitutivo palaciano. Trata-se da quantidade de emendas que circulam na Assembleia Nacional Constituinte. "São mais de 30 mil", disse Costa Couto, "basta que se aproveite algumas delas usando seus parágrafos, artigos e tudo o mais. Por isso, não há qualquer necessidade de se elaborar mais um substitutivo, há uma diversidade imensa de emendas".

"Centrão" recua e busca mais adesões

Preocupados com a possibilidade de novos recuos entre os signatários da proposta, os articuladores do "Centrão" decidiram ontem que somente apresentarão o projeto de alteração do regimento da Constituinte depois de conseguirem 340 assinaturas, 40 a mais do que a maioria dos integrantes da Assembleia. A tarde, o deputado Expedito Machado anunciou que mais de 280 deputados já haviam assinado a proposta, mas esse número, conforme admitiu o deputado Dado Coimbra, incluía cinco constituintes que oficiaram à Mesa da Assembleia, solicitando que suas assinaturas não fossem consideradas válidas: o peemedebista Fernando Gasparian (SP), e os pedetistas Adroaldo Streck (RS), José Fernandes (AM), João de Deus (GO) e Francisco Humberto (MG).

O "Centrão" também está inseguro quanto ao número real de parlamentares com os quais poderia contar para a aprovação das suas propostas porque grande parte dos constituintes quer mudanças no regimento mas não necessariamente apoiar, em bloco, as iniciativas do Centro e da direita.

Os deputados Adroaldo Streck e Francisco Humberto afirmavam que foram erroneamente informados pelos coordenadores do "Centrão" a respeito do sentido do projeto. Streck disse que o deputado peemedebista Luiz Roberto Ponte o procurou "vendendo a idéia" de que o projeto se destinava a permitir a apresentação de emendas de plenário, "inclusive como forma de ampliar o processo de discussão" sobre o sistema de governo.

para novas emendas é o suficiente para o entendimento.

Caso o acordo seja feito, o projeto de resolução, que tem recebido assinaturas dos parlamentares, será arquivado. A mudança, sem alterar o regimento, seria efetivada através de um ato da Mesa da Constituinte, a exemplo de vários outros baixados por Ulysses desde o início dos trabalhos.

Brechas

A preocupação de Ulysses e do comando do PMDB é de evitar brechas para apresentação, mesmo em partes, de um substitutivo que teria sido redigido pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos. O projeto de resolução possibilita isto. Daí a decisão de, em hipótese alguma, aceitá-lo integralmente. Mesmo que isto signifique uma nova batalha na Constituinte. Neste caso, o tempo corre a favor dos que combatem a abertura para um novo substitutivo. São necessários 27 dias para a

tramitação de um projeto de resolução.

A resistência a propostas que alterem capítulos diminuiu bastante nos setores próximos a Ulysses. O deputado Genebaldo Correia, por exemplo, justificava a aceitação dessa mudança com o fato de a própria Comissão de Sistematização ter aberto o precedente ao votar o destaque da emenda do deputado Vivaldo Barbosa que modificava todo o capítulo do sistema de Governo.

Apesar dos acirrados debates em plenário, a crise na Constituinte perdeu intensidade ontem. Alguns dirigentes do movimento conservador defendiam o acordo e encontravam receptividade junto aos políticos mais próximos do presidente da Constituinte. A suspensão do funcionamento do plenário, assegurando à Sistematização a conclusão de seus trabalhos em ritmo acelerado, mas sem atropelos, também contribuiu para distender o ambiente nos bastidores. A briga ficou limitada ao plenário.

Grupo dissimula governismo

Evitar qualquer vinculação com o Palácio do Planalto. Essa é a nova tática do chamado Grupo de Centro, mas que reúne a centro-direita e a direita da Constituinte e tem por objetivo obter o apoio de áreas antigovernistas da Assembleia, a fim de alterar o projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), no plenário da Assembleia.

Ao inteirar-se, ontem, de que o presidente José Sarney teria telefonado para alguns constituintes — de acordo com informações de parlamentares do PMDB — o deputado Delfim Netto (PDS-SP) não conseguiu conter sua irritação:

"O presidente Sarney tem de ficar fora disso. Ele e o Palácio do Planalto têm de colocar-se longe do grupo".

A tática da simulação, no entanto, parece fadada ao fracasso. No plenário da Comissão de Sistematização da Assembleia, a pressão do Governo, em favor dos chamados centristas, fora denunciada pelo líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ). Por sinal, outra intenção do mesmo grupo — a de não aceitar a divisão da Constituinte entre progressistas e conservadores — também não dera certo, pois os setores direitista e os supostos centristas estavam atuando juntos, contra os pontos considerados mais progressistas do projeto de Constituição, como a redução da jornada de trabalho, a proibição de demissão imotivada, o pagamento de hora extra de trabalho em dobro.

Reconhecimento
O deputado Delfim Netto reconhecia que, a rigor, o grupo não teria maioria absoluta, praticamente em nenhum tema constitucional. O fato de contar com o apoio de mais de 280 constituintes, maioria absoluta da Assembleia, no documento em que será pedida ao presidente da Constituinte (deputado Ulysses Guimarães) a reabertura do direito de emendas ao projeto Cabral, não significa, segundo Delfim, que haja unidade de opiniões em torno de todos os temas.

"A rigor — explicou o ex-ministro — teremos apenas uma dúzia de itens sobre os quais deverá haver consenso".
Um desses temas — admitiu ele — é a redução da jornada de trabalho. "Por sinal — declarou

de diversos ministérios, uma das preocupações dominantes era a de que os centristas mudassem de tal forma, para pior (do ponto de vista social) o projeto Cabral, que a futura Constituição viesse a tornar-se ainda mais frustrante às aspirações da opinião pública. A identificação do governo Sarney com a direita da Constituinte, sobretudo nos títulos e capítulos de interesse social, contribuiria — segundo estes assessores — para desgastar ainda mais a imagem política do Presidente, cuja divisa é "tudo pelo social". Apesar do plano tático dos conservadores de não se confundirem com os interesses específicos do Governo, isso parecia inevitável, em virtude da presença do líder governista Carlos Sant'Anna, junto ao grupo centro-direitista.



Delfim, entre Richa e D'Ávila, diz para Sarney não interferir

Comissão define sistema hoje

Com a suspensão das sessões do plenário da Assembleia Nacional Constituinte, às quartas e quintas-feiras, a Comissão de Sistematização vai acelerar os trabalhos realizando sessões pela manhã e à tarde, de segunda-feira a domingo. As sessões matutinas serão realizadas de 9h00 às 13h00 e as vespertinas de 14h30 às 20h30.

Desse modo, todo o calendário elaborado pela secretaria da Comissão de Sistematização na semana passada, fica modificado. Hoje deverá ser concluída a votação do Título IV, que trata do sistema de governo e já iniciada a votação do título V, referente à Defesa do Estado e às Forças Armadas, que deverá dispender dois dias.

Provavelmente no sábado (7 de novembro), será iniciada a votação do título VI, que trata do Orçamento e Tributação, que deverá estender-se até quarta-feira (11). Na quinta-feira, deve-se iniciar a votação do título VII, relativo à

Ordem Econômica e Financeira, que deverá estar concluída, no sábado (14).

Definição
No domingo, 15 de novembro, dia da República, será iniciada a votação do título VIII, que trata da Ordem Social, da Educação, Ciência e Tecnologia, Comunicação e da Família. No dia seguinte, a Sistematização deve iniciar a votação do título IX, das Disposições Transitórias, nas quais será definido o mandato do presidente José Sarney. Ou seja, se ele permanece por quatro, cinco ou seis anos. A partir do dia 18 de novembro (quarta-feira), a Comissão de Sistematização remeterá ao plenário, o projeto de Constituição aprovado. O plenário da Assembleia Nacional Constituinte, terá, então, 40 dias para discutir e votar o projeto já aprovado pela Sistematização, sendo que nos 30 primeiros dias, serão recebidas as emendas de plenário dos constituintes.